



**ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, EM SÉRIE ÚNICA, COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CASADOCE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS S.A.**

Pelo presente instrumento, como emissora:

- I) **CASADOCE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS S.A.**, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede na Avenida Elias Bauab, nº. 665, Distrito Industrial José Antônio Boso, CEP 15.803-155, cidade de Catanduva, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 46.948.287/0001-87, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("**JUCESP**"), sob o NIRE 35.300.381.386, neste ato representada nos termos de seu estatuto social (doravante denominada "**Emissora**");

como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures da 1ª emissão pública de debêntures da Emissora (doravante denominados "**Debenturistas**");

- II) **GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira com sede na Avenida Ayrton Senna, nº 3.000, bloco 1, grupo 317, Barra da Tijuca, cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob nº 10.749.264/0001-04, neste ato representado na forma de seu contrato social (doravante denominado "**Agente Fiduciário**");

como garantidoras:

- III) **POWDERED CAJU HOLDINGS, L.P.**, sociedade constituída e existente de acordo as leis da Província de Ontário, Canadá, com sede na cidade de Toronto, província de Ontário, na 100 King Street West Suite, No. 6600, M5X 1B8, neste ato representada por seu bastante procurador, Sr. **Alexsandro de Luca Alvarenga**, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade RG nº 19.980.133, expedida por SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 127.273.408-00, residente e domiciliado na cidade de Barueri, estado de São Paulo, com endereço comercial na Alameda Madeira, 222 - 15º andar, Alphaville, CEP 06454-010, (doravante denominada "**Caju**");

- IV) **POWDERED MANGO HOLDINGS, L.P.**, sociedade constituída e existente de acordo as leis da Província de Ontário, Canadá, com sede na cidade de Toronto, província de Ontário, na 100 King Street West Suite, No. 6600, M5X 1B8, neste ato representada por seu bastante procurador, Sr. **Alexsandro de Luca Alvarenga**, acima qualificado, (doravante denominada "**Mango**");

- V) **POWDERED GUAVA HOLDINGS, L.P.**, sociedade constituída e existente de acordo as leis da Província de Ontário, Canadá, com sede na cidade de Toronto, província de Ontário, na 100 King Street West Suite, No. 6600, M5X 1B8, neste ato representada por seu bastante procurador, Sr. **Alexsandro de Luca Alvarenga**, acima qualificado, (doravante denominada "**Guava**");

1

VI) **POWDERED LEMON HOLDINGS, L.P.**, sociedade constituída e existente de acordo as leis da Província de Ontário, Canadá, com sede na cidade de Toronto, província de Ontário, na 100 King Street West Suite, No. 6600, M5X 1B8, neste ato representada por seu bastante procurador, Sr. **Alexsandro de Luca Alvarenga**, acima qualificado, (doravante denominada "Lemon");

(Caju, Mango, Guava e Lemon doravante denominadas em conjunto "Garantidoras");

e como interveniente:

VII) **DIAS COSTA A – SERVIÇOS FINANCEIROS E FIDUCIÁRIOS LTDA.**, sociedade limitada com sede na Avenida Ayrton Senna, nº 3.000, bloco 1, grupo 317, Barra da Tijuca, cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 08.871.074/0001-05, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, (doravante denominada "DCA")

(DCA doravante denominada "Interveniente");

vêm, na melhor forma de direito, celebrar a presente Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, em Série Única, com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Casadoce Indústria e Comércio de Alimentos S.A. (respectivamente, "Escritura", "Emissão" e "Debêntures"), que será regida pelas seguintes cláusulas e condições:

## 1. DA AUTORIZAÇÃO

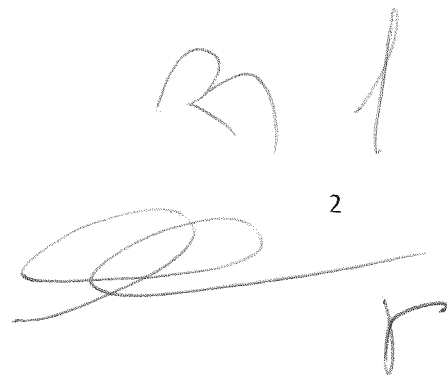
### 1.1. Autorização

A presente Escritura é celebrada com base na deliberação tomada em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Emissora, realizada em 28 de junho de 2012, e registrada na JUCESP sob o nº. 313.232/12-0, em sessão de 19 de julho de 2012 ("AGE"), nos termos do art. 59 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

### 1.2. Poderes delegados à Diretoria

Foram delegados pela AGE à Diretoria da Emissora poderes para (i) tomar todas as providências necessárias à implementação da Emissão de Debêntures autorizada pela AGE; e (ii) praticar todos os demais atos e providências necessários à formalização, efetivação e administração das deliberações da AGE, inclusive, mas não se limitando, a firmar ou aditar esta Escritura, contratos e outros instrumentos relativos à Emissão.

2



## **2. DOS REQUISITOS**

A Emissão das Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

### **2.1. Dispensa de Registro na CVM e na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais**

2.1.1. A distribuição pública das Debêntures desta Emissão será realizada nos termos da Instrução da CVM nº 476/09, conforme alterada ("Instrução CVM 476") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o art. 19 da Lei n.º 6.385/76, conforme alterada ("Oferta Restrita").

2.1.2. A Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), nos termos do §1º do art. 25 do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários".

### **2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação da Ata da AGE**

A ata da AGE que deliberou a Emissão encontra-se devidamente arquivada JUCESP conforme indicado no item 1.1 acima e será publicada (i) no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e (ii) no jornal "O Regional", na cidade de Catanduva, Estado de São Paulo, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

### **2.3. Inscrição desta Escritura de Emissão**

A presente Escritura e eventuais aditamentos serão inscritos e registrados na JUCESP, de acordo com o art. 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

### **2.4. Registro para Distribuição e Negociação**

2.4.1. As Debêntures serão registradas para (i) distribuição pública com esforços restritos no mercado primário por meio do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"); e (ii) negociação no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito no item 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme abaixo definido), depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos de sua subscrição ou aquisição por Investidores Qualificados, conforme disposto nos arts. 13 e 15 da Instrução CVM

476, e desde que a Emissora esteja em dia com o cumprimento das obrigações previstas no art. 17 da Instrução CVM 476.

## **2.5. Registro da Alienação Fiduciária de Ações no Livro de Registro de Ações Nominativas da Emissora**

Considerando a alienação fiduciária de ações de emissão da Emissora de titularidade das Garantidoras, oferecidas em garantia ao fiel cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, de acordo com o disposto no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações assinado entre as Garantidoras, a Emissora e o Agente Fiduciário nesta data ("Contrato de Alienação Fiduciária"), a Emissora deverá registrar a alienação fiduciária em seu Livro de Registro de Ações Nominativas.

## **2.6. Registro do Contrato de Cessão Fiduciária de Duplicatas no Cartório de Títulos e Documentos da Sede da Emissora**

Considerando a cessão fiduciária de duplicatas sacadas pela Emissora, também oferecida em garantia ao fiel cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, de acordo com o disposto no Contrato de Cessão Fiduciária de Duplicatas assinado entre a Emissora e o Agente Fiduciário nesta data ("Contrato de Cessão Fiduciária"), a Emissora deverá registrar a cessão fiduciária das duplicatas no Cartório de Títulos e Documentos localizado no endereço de sua sede.

## **3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

### **3.1. Número da Emissão**

A presente Emissão representa a 1ª (primeira) emissão para distribuição pública de debêntures da Emissora.

### **3.2. Valor Total da Emissão**

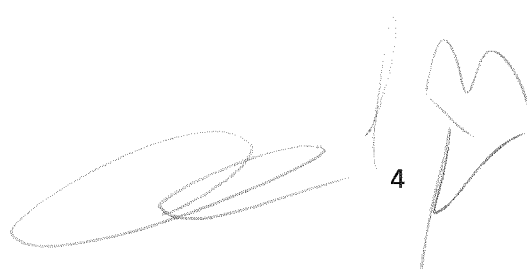
O valor total da Emissão será de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de Reais) na Data de Emissão, conforme abaixo definido ("Valor Total da Emissão").

### **3.3. Número de Séries**

A Emissão será realizada em série única.

### **3.4. Destinação de Recursos**

Os recursos líquidos captados pela Emissora por meio da Emissão serão destinados para reforço de capital de giro da Emissora.



4

### 3.5. Colocação e Plano de Distribuição

- 3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, com a intermediação da **PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.**, instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº. 3.900, 10º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 00.806.535/0001-54, na qualidade de coordenador líder da Oferta Restrita ("Coordenador Líder"), em regime de melhores esforços de colocação, nos termos do "Contrato de Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação de Debêntures Simples, em Série Única, com Garantia Real, em Regime de Melhores Esforços de Colocação, da 1ª Emissão da Casadoce Indústria e Comércio de Alimentos S.A.", a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição").
- 3.5.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"). Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, conforme abaixo definidos.
- 3.5.3. O público alvo da Oferta Restrita serão investidores qualificados, assim definidos nos termos do inciso IV do art. 109 da Instrução CVM nº 409/04, conforme alterada, observado ainda o disposto no art. 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados").
- 3.5.4. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita descrita na presente Cláusula: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas consideradas Investidores Qualificados deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de Reais).
- 3.5.5. A Emissão e a Oferta Restrita não poderão ter seu valor aumentado em nenhuma hipótese.
- 3.5.6. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando, dentre outros, estar ciente de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e a ANBIMA; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa com todos os termos e condições da Emissão.
- 3.5.7. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez, tampouco será celebrado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado, ainda, contrato de estabilização do preço das Debêntures no mercado secundário.

### 3.6. Banco Mandatário e Agente Escriurador

O banco mandatário da presente Emissão será o **Itaú Unibanco S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, inscrita no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário") e o agente escriturador das Debêntures será a **Itaú Corretora de Valores S.A.**, instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Agente Escriurador").

### 3.7. Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes das datas previstas de pagamento das Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

### 3.8. Garantias

#### Alienação Fiduciária de Ações

- 3.8.1. Para garantir o integral e pontual pagamento das obrigações previstas nesta Escritura, as Garantidoras, na qualidade de alienantes fiduciárias, alienarão fiduciariamente 28% (vinte e oito por cento) das ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de emissão da Emissora e atualmente de sua titularidade, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário de acordo com os termos e condições do Contrato de Alienação Fiduciária.

#### Cessão Fiduciária de Duplicatas

- 3.8.2. Adicionalmente a alienação fiduciária de ações acima indicada, a Emissora cederá fiduciariamente duplicatas por ela sacadas, no valor de aproximadamente R\$300.000,00 (trezentos mil reais) durante o período de carência indicado no item 4.8 abaixo e, após tal período, no valor de aproximadamente R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário de acordo com os termos e condições do Contrato de Cessão Fiduciária.
- 3.8.3. Fica desde já estabelecido que não haverá reforço ou redução da presente garantia pelas Garantidoras em decorrência de diminuição ou aumento de seu valor em relação ao valor das obrigações previstas nesta Escritura.

#### **4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

##### **4.1. Data de Emissão das Debêntures**

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 19 de setembro de 2012 ("Data de Emissão").

##### **4.2. Valor Nominal Unitário das Debêntures e Correção Monetária**

4.2.1. O valor nominal unitário das Debêntures ("Valor Nominal Unitário"), na Data de Emissão, será de R\$100.000,00 (cem mil Reais).

4.2.2. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será corrigido ou atualizado por qualquer índice.

##### **4.3. Quantidade de Debêntures**

Serão emitidas 150 (cento e cinquenta) Debêntures.

##### **4.4. Modalidade e Comprovação da Titularidade das Debêntures**

4.4.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas e certificados.

4.4.2. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Agente Escriturador, na qualidade de instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP, em nome do titular da Debênture quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente no SND.

##### **4.5. Espécie**

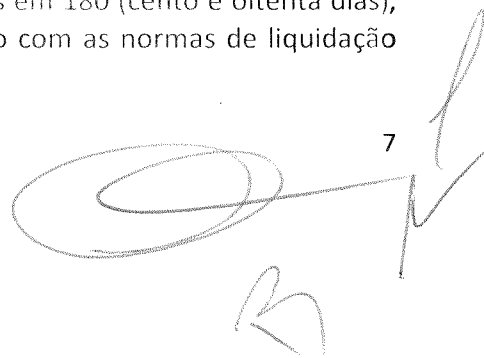
As Debêntures serão da espécie com garantia real.

##### **4.6. Preço e Forma de Subscrição e Integralização**

4.6.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido pela remuneração, observado o disposto no art. 4º, inciso II, da Instrução CVM 476.

4.6.2. As Debêntures poderão ser subscritas e integralizadas em 180 (cento e oitenta dias), contados da data de início de distribuição, de acordo com as normas de liquidação estabelecidas pela CETIP.

7



#### 4.7. Prazo de Vigência e Data de Vencimento

As Debêntures terão prazo de vigência de 24 (vinte e quatro) meses contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 20 dias de setembro de 2014 ("Data de Vencimento").

#### 4.8. Amortização de Principal e Juros

A Emissora realizará o pagamento proporcional do Valor Nominal Unitário em 18 (dezoito) parcelas mensais, após um prazo inicial de carência de 6 (seis) meses, a partir do 1º (primeiro) mês contado do término do prazo inicial de carência, sendo devida a primeira parcela no dia 20 de abril de 2013 e assim sucessivamente ("Datas de Amortização"), na forma do cronograma abaixo indicado:

Data	Percentual do Saldo de Amortização
20 de abril de 2013	5,5555%
20 de maio de 2013	5,5555%
20 de junho de 2013	5,5555%
20 de julho de 2013	5,5555%
20 de agosto de 2013	5,5555%
20 de setembro de 2013	5,5555%
20 de outubro de 2013	5,5555%
20 de novembro de 2013	5,5555%
20 de dezembro de 2013	5,5555%
20 de janeiro de 2014	5,5555%
20 de fevereiro de 2014	5,5555%
20 de março de 2014	5,5555%
20 de abril de 2014	5,5555%
20 de maio de 2014	5,5555%
20 de junho de 2014	5,5555%
20 de julho de 2014	5,5555%
20 de agosto de 2014	5,5555%
20 de setembro de 2014	5,5555%

A Emissora realizará o pagamento dos juros remuneratórios incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, calculados de acordo com o disposto no item 4.9 abaixo, em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, a partir do 1º (primeiro) mês contado da Data de Emissão, sendo devido o primeiro pagamento no dia 20 de outubro de 2012 e assim sucessivamente, coincidindo, a partir do final do período de carência acima indicado, com as Datas de Amortização.



diariamente pela CETIP ("Taxa DI"), no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>). O Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente.

- 4.9.2. A remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, desde a Data da Emissão e paga nas mesmas Datas de Amortização imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, observando-se o cronograma de pagamento da Remuneração descrito no item 4.8 acima ("Remuneração"), de acordo com a fórmula abaixo.

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

"J" corresponde ao Valor da Remuneração, devida nos termos do item 4.9.1 acima, calculada com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

"VNe" corresponde ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso (conforme definição abaixo), informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

"FatorDI" corresponde ao produtório das Taxas DI-Over, com uso de percentual aplicado a partir da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n \left[ 1 + \left( TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$$

onde:

"k" corresponde ao número de ordem das Taxas DI-Over, sendo "k" um número inteiro;

"n" corresponde ao número total de Taxas DI-Over consideradas em cada período de capitalização, sendo "n" um número inteiro;

"p" corresponde ao percentual a ser aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais, correspondente a 150,00 (cento e cinquenta inteiros);

"TDI<sub>k</sub>" corresponde à Taxa DI, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

“ $DI_k$ ” corresponde à Taxa DI de ordem k, divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Observações:

- 1) O fator resultante da expressão  $\left[ 1 + \left( TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$  será considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.
- 2) Efetua-se o produtório dos fatores diários  $\left[ 1 + \left( TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$  sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- 3) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.
- 4) As Taxas DI deverão ser utilizadas considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.9.3. Farão jus à Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures em Circulação ao final do Dia Útil imediatamente anterior à Data de Pagamento da Remuneração.

4.9.4. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora previstas nesta Escritura, não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada, em sua substituição, na apuração de  $TDI_k$ , a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações tanto por parte da Emissora quanto dos Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

4.9.5. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, na impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Taxa DI, ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pela (i) taxa substituta determinada legalmente para tanto; ou (ii) em sua falta, pela taxa que for adotada pela CETIP como substituta da Taxa DI; ou (iii) em sua falta o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados na Cláusula Sétima desta Escritura e no art. 124, §1º, inciso “I”, da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures a ser aplicado, observada a regulamentação aplicável. Até a deliberação desse novo parâmetro

de remuneração das Debêntures, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, será utilizado, para apuração de "TDI", o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.9.6. Na hipótese de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas prevista no item 4.9.5. acima ou, caso instalada, não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas titulares de Debêntures representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Taxa DI deverá ser substituída pela taxa de juros média ponderada pelo volume das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais, apurados pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC.

4.9.7. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, a referida Assembleia Geral não será mais realizada e a Taxa DI então divulgada, a partir da respectiva data de divulgação, será utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures.

#### **4.10. Repactuação**

Não haverá repactuação das Debêntures.

#### **4.11. Resgate Antecipado**

Não haverá possibilidade de resgate antecipado das Debêntures pela Emissora.

#### **4.12. Aquisição Facultativa**

A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, observadas as restrições de negociação e prazo previsto na Instrução CVM 476 e o disposto no §2º do art. 55 da Lei das Sociedades por Ações, adquirir as Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo) desde que por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculado *pro rata temporis*, desde que observe as regras expedidas pela CVM, as quais poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado, conforme as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação.

#### **4.13. Vencimento Antecipado**

4.13.1. Na ocorrência de qualquer dos eventos listados abaixo, o Agente Fiduciário, mediante prévia deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta

Escritura e exigir da Emissora o pagamento integral do saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento das Debêntures (“Evento de Inadimplemento”): (i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária perante o titular desta Escritura não sanada em 2 (dois) Dias Úteis contados da data da inadimplência; (ii) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada a esta Escritura, ao Contrato de Alienação Fiduciária ou ao Contrato de Cessão Fiduciária, não sanada no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis do recebimento, pela Emissora, de aviso escrito do Agente Fiduciário informando acerca do descumprimento; (iii) transferência do controle societário da Emissora para um terceiro, exceto a transferência da participação dos atuais acionistas da Emissora para uma sociedade de participações (holding) ou um Fundo de Investimento em Participações (FIP), os quais serão detidos pelos mesmos acionistas da Emissora; (iv) desligamento do atual Diretor Presidente da Emissora da Diretoria e do Conselho de Administração desta; (v) o endividamento líquido da Emissora ultrapasse em 2,5 (duas vezes e meia) o valor de seu EBITDA, apurado no último exercício social completo; (vi) na liquidação, dissolução ou extinção da Emissora; (vii) decretação de falência da Emissora; (viii) decretação de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora; (ix) inveracidade, incorreção ou descumprimento, em qualquer aspecto relevante, de quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura e dos demais documentos da Oferta Restrita; (x) protesto de títulos em valor individual ou agregado superior a (a) R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de Reais), contra a Emissora, considerados individualmente; ou (b) R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de Reais), contra a Emissora, considerados conjuntamente, por cujo pagamento a Emissora seja responsável, salvo se a Emissora comprovar, por meio de prova documental, em até 10 (dez) Dias Úteis contados da ciência do referido protesto que (1) o protesto foi realizado por terceiros de má-fé; (2) o protesto foi elidido no prazo legal; (3) o protesto foi cancelado; ou (4) foram prestadas e aceitas pelo Poder Judiciário garantias em juízo; e (xi) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos arts. 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações. Na hipótese de declaração de vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora deverá proceder ao pagamento aos Debenturistas no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento, pela Emissora, de notificação de vencimento antecipado encaminhado pelo Agente Fiduciário.

4.13.2. A AGD de que trata o item 4.13.1 acima somente declarará vencidas antecipadamente as Debêntures mediante deliberação de Debenturistas que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) dos Debenturistas presentes à deliberação.

#### **4.14. Local de Pagamento**

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento por intermédio da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, conforme seus procedimentos, ou, com relação às

Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio do Agente Escriurador das Debêntures para os titulares das Debêntures que não estejam depositadas em custódia vinculada à CETIP.

#### **4.15. Multa e Juros Moratórios**

Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, devidamente atualizados pela Remuneração, ficarão sujeitos a (i) juros de mora calculados desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, pela taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante devido e não pago, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial; e (ii) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago.

#### **4.16. Prorrogação dos Prazos**

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Portanto, para os demais fins desta Escritura de Emissão, "Dia Útil" significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional.

#### **4.17. Publicidade**

Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas e que decorram de exigência legal, deverão ser veiculados no (i) DOESP e (ii) jornal "O Regional", da cidade de Catanduva, Estado de São Paulo, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário da realização da publicação, na mesma data de sua publicação. As demais publicações que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, mas não decorram de exigência legal, poderão apenas ser comunicadas ao Agente Fiduciário. A Emissora poderá alterar os jornais acima por jornal de grande circulação que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído, observado o disposto no item 4.18 abaixo.

#### **4.18. Aditamento**

Quaisquer aditamentos a esta Escritura, previamente aprovados pela Assembleia Geral de Debenturistas, deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, e posteriormente arquivados na JUCESP.

## **5. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

### **5.1. Obrigações Adicionais**

Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura, a Emissora assume as obrigações a seguir mencionadas:

- 5.1.1. fornecer ao Agente Fiduciário no prazo de até: (i) 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, informações e/ou documentos que venham a ser justificadamente solicitados pelo Agente Fiduciário; (ii) 10 (dez) Dias Úteis contados da data da respectiva celebração, cópia do protocolo de apresentação desta Escritura e de seus eventuais aditamentos perante a JUCESP; (iii) 10 (dez) Dias Úteis contados da data da respectiva inscrição na JUCESP, uma via original desta Escritura e de seus eventuais aditamentos; e (iv) 1 (um) Dia Útil contado da data de ciência ou recebimento, conforme o caso, de informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento;
- 5.1.2. manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário perante o SND, arcando com os respectivos custos; e
- 5.1.3. contratar e manter contratados, conforme aplicável, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário o Banco Mandatário e o Agente Escriturador, o sistema de distribuição das Debêntures no mercado primário (SDT) e o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND).

## **6. DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

### **6.1. Nomeação**

A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão a **GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, qualificada no preâmbulo desta Escritura, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

### **6.2. Declaração**

O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei, que:

- 6.2.1. não possui qualquer impedimento legal, conforme art. 66, §§1º e 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e o art. 10 da Instrução CVM nº 28/83, e alterações posteriores, para exercer a função que lhe é conferida;
- 6.2.2. está ciente das disposições regulamentares aplicáveis expedidas pelo Banco Central do Brasil e pela CVM;

- 6.2.3. aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- 6.2.4. aceita integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- 6.2.5. é equiparado a uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- 6.2.6. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- 6.2.7. está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- 6.2.8. esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- 6.2.9. a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
- 6.2.10. que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura.

### **6.3. Substituição**

- 6.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia justificada e feita em virtude de disposição de lei ou desta Escritura, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, a AGD para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuarla, observado o prazo de 8 (oito) dias para a primeira convocação e de 5 (cinco) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.
- 6.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares de Debêntures, pedindo sua substituição.
- 6.3.3. É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição

do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.

6.3.4. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá proporcionalmente ao período a ser transcorrido até integral quitação das Debêntures ou até sua efetiva substituição, a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela AGD.

6.3.5. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

#### 6.4. Deveres

Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- 6.4.1. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- 6.4.2. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- 6.4.3. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- 6.4.4. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- 6.4.5. verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as possíveis omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- 6.4.6. promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- 6.4.7. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades, de que venha a ter conhecimento, constantes de tais informações;



- 6.4.8. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- 6.4.9. solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- 6.4.10. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- 6.4.11. convocar, quando necessário, AGDs, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos no item 4.17 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- 6.4.12. comparecer às AGDs a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- 6.4.13. elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do art. 68, §1º, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - b) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - c) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
  - d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - e) resgate e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura; e
  - h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.

6.4.14. disponibilizar o relatório de que trata o item acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

- a) na sede da Emissora;
- b) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado; e
- c) na CVM.

6.4.15. publicar, nos órgãos da imprensa referidos no item 4.17 acima, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o item 6.4.13 acima se encontra à sua disposição nos locais indicados no item acima;

6.4.16. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Agente Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste item, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Agente Escriturador e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

6.4.17. coordenar o resgate das Debêntures de acordo com o previsto nesta Escritura;

6.4.18. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura;

6.4.19. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de até 5 (cinco) Dias Úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento de qualquer Evento de Inadimplemento, pela Emissora, de qualquer das obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e/ou extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão de Debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à CETIP;

6.4.20. acompanhar a ocorrência de quaisquer Eventos de Inadimplemento e informar imediatamente os Debenturistas da ocorrência de qualquer dos referidos eventos não sanados no prazo previsto; e

6.4.21. manter atualizado o cálculo da Remuneração das Debêntures e divulgá-lo aos Debenturistas ou à CETIP sempre que solicitado.

## **6.5. Atribuições Específicas**

6.5.1. O Agente Fiduciário utilizará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da

comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- a) declarar, observadas as condições da Escritura, antecipadamente vencidas as debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b) tomar toda e qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- c) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

6.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "b" e "c" do item acima se, convocada a AGD, esta assim o autorizar por deliberação dos detentores de 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "d" do caput deste item.

## **6.6. Remuneração do Agente Fiduciário**

6.6.1. A título de honorários pelos serviços previstos na presente Escritura, serão devidos os seguintes valores: (a) O valor de R\$ 2.385,00 (dois mil, trezentos e oitenta e cinco reais), devidos na data da assinatura da Escritura, a título de implantação da emissão; (b) O valor semestral de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), devido o 1º (primeiro) pagamento na data de assinatura da Escritura, e os demais pagamentos a cada mês subsequente, até o resgate total das debêntures; (c) Caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas na Escritura ou em caso de alteração da Escritura após a subscrição das Debêntures ou realização de Assembleia de Debenturistas, será devido ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional correspondente a R\$425 (quatrocentos e vinte e cinco reais) por hora-homem de trabalho adicional em sua sede ou fora dela, que caso este trabalho adicional seja desenvolvido em fração de horas, este valor de 1 (uma) hora será *pro-rateado* à razão de 20 (vinte) minutos, mesmo que incompletos, dedicado pelos profissionais designados pelo Agente Fiduciário para (i) a assessoria aos titulares das Debêntures e análise das alterações da Escritura e da proposta da Emissora aos Debenturistas, (ii) o comparecimento em reuniões com a Emissora, (iii) o comparecimento em reuniões com os titulares das Debêntures, (iv) a implementação das conseqüentes decisões dos titulares das Debêntures e da Emissora, e para (v) a execução das garantias ou das Debêntures, remuneração adicional a qual deverá ser paga pela Emissora no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a entrega de relatório demonstrativo de tempo dedicado, com o valor mínimo de R\$5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais) por mês durante o período em que a Emissora ou as garantidoras permanecerem nesta situação e por reunião/assembleia em que o Agente Fiduciário dela participe; (d) Os valores acima serão pagos na razão de 50% (cinquenta por cento) ao Agente Fiduciário e 50% (cinquenta por cento) à Dias Costa A – Serviços

Financeiros e Fiduciários Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 08.871.074/0001-05 que será responsável pelo cálculo do valor das Debêntures. As remunerações serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário permaneça atuando na cobrança de cumprimento das obrigações da Emissora, e não incluem o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros.

- 6.6.2. As remunerações não incluem as eventuais despesas com publicações, taxas, emolumentos, autenticações de documentos, despachantes para obtenção de certidões, registros, cópias xerográficas, correios, ligações interurbanas, transporte, alimentação, viagens e hospedagens, entre outras, que se fizerem necessárias para a prestação do serviço de Agente Fiduciário, a serem cobertas pela Emissora.
- 6.6.3. Os valores descritos acima serão acrescidos das alíquotas vigentes dos tributos incidentes sobre a remuneração (ISS, PIS, COFINS, IR, CSLL e outros que porventura venham a incidir) correspondentes ao regime de tributação de lucro real pelas instituições financeiras nas respectivas datas de pagamento, de tal forma que estes valores correspondem a valores líquidos de todos os tributos incidentes sobre a prestação de serviços de agente fiduciário pelas instituições financeiras.
- 6.6.4. A remuneração do Agente Fiduciário e do DCA será atualizada anualmente pelo IGP-M/FGV a partir de 1º de agosto de 2012.
- 6.6.5. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.
- 6.6.6. Caso a totalidade das Debêntures seja resgatada integralmente ou terminado o contrato antes do seu vencimento, será devido, na data do resgate integral ou do término do contrato, o valor correspondente a 3 (três) meses de remuneração.

6.6.7. A Emissora deverá manter em sua conta vinculada aplicação em fundo de investimento de renda fixa com liquidez diária no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) na conta vinculada, com o objetivo específico de pagamento de despesas necessárias à proteção dos debenturistas e eventual remuneração do Agente Fiduciário e da DCA em razão do não pagamento espontâneo pela Emissora. Após o resgate da emissão, esse fundo será liberado para a Emissora.

6.6.8. A Conta Vinculada deverá prever a possibilidade de débito automático e independente de autorização para o pagamento da remuneração e despesas incorridas pelo Agente Fiduciário em razão dos seus serviços.

## **6.7. Despesas**

6.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, desde que previamente comprovadas e autorizadas pela Emissora.

6.7.2. O ressarcimento a que se refere este item será efetuado em 10 (dez) Dias Úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

6.7.3. Todas as despesas acima de R\$250,00 (duzentos e cinquenta Reais) deverão ser previamente aprovadas pela Emissora.

## **7. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

### **7.1. Convocação**

7.1.1. Com base no art. 124, §1º, inciso "I", da Lei das Sociedades por Ações, a AGD poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei de Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura. Adicionalmente, os Debenturistas poderão solicitar que sua convocação seja feita também por correio eletrônico, desde que, para isso, estejam devidamente cadastrados.

### **7.2. Quórum de Instalação**

7.2.1. A AGD se instalará, em 1ª convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

- 7.2.2. Para os efeitos da presente Escritura, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

### **7.3. Mesa diretora**

A presidência ou a secretaria da AGD caberá ao representante do Agente Fiduciário presente na referida assembleia, devendo o outro assento da mesa diretora da AGD ser eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

### **7.4. Quórum de Deliberação**

Nas deliberações da AGD, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelos quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura, as alterações nas características e condições das Debêntures e/ou da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, pelo menos, 2/3 (dois terços) das Debêntures presentes à AGD.

## **8. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA**

A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- 8.1.1. está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- 8.1.2. a celebração desta Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte;
- 8.1.3. a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora; e
- 8.1.4. esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem obrigações da Emissora, exigíveis de acordo com os seus termos e condições.

## **9. DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **9.1. Comunicações**

As comunicações ou notificações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

9.1.1. Emissora:

**Casadoce Indústria e Comércio de Alimentos**

Avenida Elias Bauab, nº. 665, Distrito Industrial José Antônio Boso

CEP 15803-155 – Catanduva/SP

At. Paulo Suplicy de Barros Barreto e Fabiano Boccia

Fax: (17) 3531-4000

E-mail: [paulo.barreto@alothon.com](mailto:paulo.barreto@alothon.com) / [fabiano.boccia@casadoce.com.br](mailto:fabiano.boccia@casadoce.com.br)

com cópia para:

**Candido, Martins & Galizzi Advogados**

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Junior, 110, cj 63

CEP 04542-000 – São Paulo/SP

At. Alamy Candido de Paula Filho e Gustavo Oliva Galizzi

Fax: (11) 5545-4010 – ramal 21

E-mail: [alamy@cmglaw.com.br](mailto:alamy@cmglaw.com.br) / [gustavo@cmglaw.com.br](mailto:gustavo@cmglaw.com.br)

9.1.2. Garantidoras:

**Powdered Caju Holdings, L.P,**

**Powdered Mango Holdings, L.P,**

**Powdered Guava Holdings, L.P,**

**Powdered Lemon Holdings, L.P,**

Alameda Madeira, 222 - 15º andar, Alphaville

CEP 06454-010 – Barueri/SP

At. Alexsandro de Luca Alvarenga

Fax: (11) 4689-4041

E-mail: [alexsandro@telcomtower.com.br](mailto:alexsandro@telcomtower.com.br)

9.1.3. Agente Fiduciário:

**GDC Partners Serviços Fiduciários Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**

Avenida Ayrton Senna, nº 3.000, bloco 1, grupo 317, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro – RJ

CEP 22.775-003

At. Sr. Juarez Dias Costa

Fax (21) 2490-3062

E-mail: [gdc@gdcdtvm.com.br](mailto:gdc@gdcdtvm.com.br)

9.1.4. Banco Mandatário

**Itaú Unibanco S.A.**

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100

CEP 04344-902 – São Paulo/SP

At. Douglas Callegari

Fax: (11) 2797-4431

E-mail: [douglas.callegari@itau-unibanco.com.br](mailto:douglas.callegari@itau-unibanco.com.br)

9.1.5. Agente Escriurador:

**Itaú Corretora de Valores S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar

CEP 04538-132 – São Paulo/SP

At. Douglas Callegari

Fax: (11) 2797-4431

E-mail: [douglas.callegari@itau-unibanco.com.br](mailto:douglas.callegari@itau-unibanco.com.br)

9.1.6. CETIP

**CETIP S.A. – Mercados Organizados**

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

CEP 01452-002 – São Paulo/SP

At. Gerência de Valores Mobiliários

Fax: (11) 3111-1564

E-mail: [gr.debentures@cetip.com.br](mailto:gr.debentures@cetip.com.br)

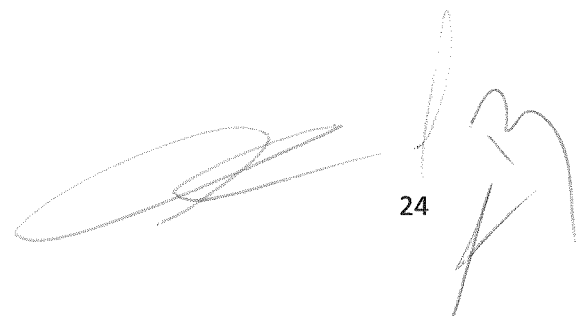
As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por correio eletrônico nos endereços acima. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. Os originais dos documentos enviados por fax ou correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

**9.2. Renúncia**

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como constituindo uma renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

**9.3. Lei Aplicável**

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.





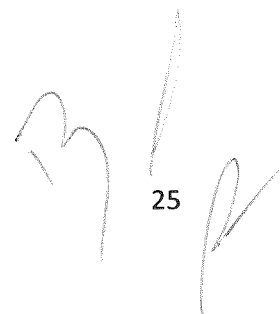
#### 9.4. Foro

Fica eleito o foro central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 30 de agosto de 2012.

*(As assinaturas seguem nas páginas seguintes)*

A large, stylized handwritten signature in black ink, consisting of a large loop followed by a horizontal stroke.A handwritten signature in black ink, followed by the page number 25.

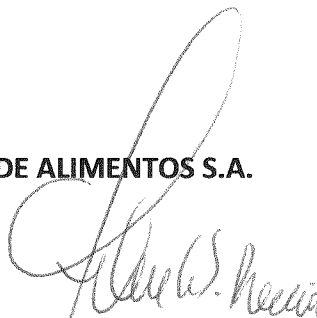
Página 1/4 de assinaturas da Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, em Série Única, com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Casadoce Indústria e Comércio de Alimentos S.A.

**CASADOCE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS S.A.**



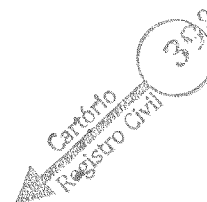
Nome: Paulo S. de Barros Barreto

Cargo: Diretor Presidente



Nome: Fabiano da S. Boccia

Cargo: Diretor Financeiro



Rua Joaquim Floriano, 889 - Itaim Bibi  
São Paulo, SP - cep 04534-013 - fone: 11 3078-1836

ANDRÉ RIBEIRO JEREMIAS  
tabelião

Reconheço, por semelhança, a firma de: (1) PAULO SUPICY DE BARROS BARRETO,  
em documento com valor econômico, dou fé.  
São Paulo, 03 de setembro de 2012.  
Em Teste da verdade. Cód. [1704439809192103104260-0388]

MICHEL ALVES DOS SANTOS - Escrevente Autorizada (Qtd 1: Total R\$ 6,00)

Selo(s): 1/Ato: 1077AA-514390

O Presente ato somente é válido com selo de Autenticidade.



39º Cartório

Av. Eng. Faria Lima, 1675 - CEP: 01452-001 - Fone: (11) 3816-7700  
Andréa Ruzzante Gugliardi - OFICIAL TITULAR

Reconheço por semelhança a firma de:

FABIANO DA SILVA BOCCIA

em documento com valor econômico, dou fé.


São Paulo, 04 de Setembro de 2012. Em Teste da verdade

RAIMUNDO BARRETO FONTES - ESCRIVENTE  
R\$ 6,00-Valido somente com selo de Autenticidade.




Página 2/4 de assinaturas da Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, em Série Única, com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Casadoce Indústria e Comércio de Alimentos S.A.

**GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES  
MOBILIÁRIOS LTDA.**

  
Nome: **Juarez Dias Costa**  
Cargo: **Diretor**

**DIAS COSTA A – SERVIÇOS FINANCEIROS E FIDUCIÁRIOS LTDA.**

  
Nome: **Juarez Dias Costa**  
Cargo: **Diretor**

**15. OFÍCIO DE NOTAS BARRA DA TIJUCA-FERNANDA DE FREITAS LEITÃO-T/ BELIA**

Av. das Americas, 500 BL11 Lc Ja 106 Downtown (021) 3154-7161

RECONHECIMENTO POR SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:

JUAREZ CELIO DA GAMA DIAS COSTA

SELO(S): SKT63522

Rio de Janeiro, 30 de Agosto de 2012

FUNPERJ:0,21 FUNDEPERJ:0,21 FETJ:0,86 ENOL:4,33 TOTAL: 5,61

Em Testemunho, da verdade.

MAT:94-5679-FABIANO DE MORAES GENCIANO-<ESCREVENTE



Página 3/4 de assinaturas da Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, em Série Única, com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Casadoce Indústria e Comércio de Alimentos S.A.

29 AGO. 2012

POWDERED CAJU HOLDINGS, L.P.

POWDERED MANGO HOLDINGS, L.P.

POWDERED GUAVA HOLDINGS, L.P.

POWDERED LEMON HOLDINGS, L.P.

Alexsandro de Luca Alvares

Nome:

Cargo:

Rua Joaquim Floriano, 889 - Haim Bibi  
São Paulo - SP - cep 04534-013 - fone: 11 3078-1836

ANDRÉ RIBEIRO JEREMIAS  
tabelião

Recebi em 29/08/2012 a firma de: (1) ALEXSANDRO DE LUCA ALVAREGA, em documento em valor nominal de R\$ 24,00, São Paulo, de agosto de 2012, em Teste da verdade. DM. 1-1224909910210132440250-2470

RECEBI EM 29/08/2012 a firma de: (1) ALEXSANDRO DE LUCA ALVAREGA, em documento em valor nominal de R\$ 24,00, São Paulo, de agosto de 2012, em Teste da verdade. DM. 1-1224909910210132440250-2470

O Presente não somente é válido com selo de autenticidade.



Página 4/4 de assinaturas da Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, em Série Única, com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Casadoce Indústria e Comércio de Alimentos S.A.

### Testemunhas

Viviane Sartori

Nome: VIVIANE SARTORI

RG: 24.115.298-7 SSP-SP

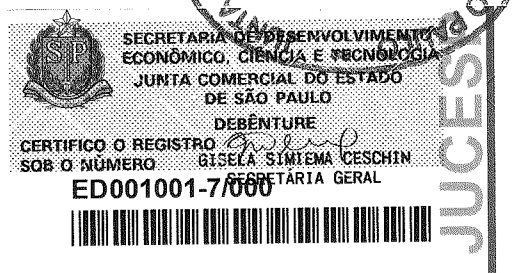
CPF: 163.603.358-08

Ailma Santos de Andrade

Nome: AILMA SANTOS DE ANDRADE

RG: 7.540.724-0 SSP-SP

CPF: 011.354.88-21



*[Handwritten signature]*